

DESENVOLVIMENTO E A AMAZÔNIA EM FOCO: história e poder

Development and Amazon in focus: history and power

Ravena Araujo Paiva

Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS).

RESUMO. O presente artigo visa discutir como a noção de desenvolvimento vem se constituindo historicamente em mecanismo de dominação e poder para legitimar ações de tomada de territórios. Para tanto, analisa o processo de apropriação da Amazônia a partir da década de 1960 por meio da implementação de grandes obras de desenvolvimento, compreendendo esse processo como uma dominação política e, ao mesmo tempo, cultural. Faz-se uma revisão bibliográfica de alguns estudos sobre a problemática, esboçando as etapas de estudos sobre o conceito elucidando perspectivas, bem como as sucessivas investidas para a consolidação do desenvolvimento como ideal ocidental moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Amazônia. Dominação. Modernidade.

ABSTRACT. The present article aims to discuss as a notion of development, becoming historically a mechanism of domination and power to legitimize actions to take territories. To do so, it analyzes the process of appropriation of the Amazon from 1960 through the implementation of major development works, understanding this process as a political domination that is even cultural. A bibliographical review of some studies on the problematic is made, outlining the stages of studies about the concept of development of perspectives, as well as the successive invests for a consolidation of development as a modern western ideal.

KEYWORDS: Development. Amazon. Domination. Modernity.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira historicamente vem sendo alvo de inúmeras investidas nacionais e internacionais, numa tentativa explícita de apropriação de suas terras e riquezas. Esse processo passa por uma intensificação a partir da década de 1960. A

exploração da Serra dos Carajás, no estado do Pará, e todo o direcionamento em termos de aquisição de recursos, reordenamentos territoriais e demais políticas de intervenção caracterizam a posição do Estado brasileiro nesse período e, por conseguinte, as demais ações empreendidas desde então, à guisa de exemplo.

Com o advento do período militar no Brasil, a região amazônica começa a ser alvo de políticas de integração nacional que marcam uma forma diferente de apropriação dessa região, que desde o início do processo de exploração colonial vem sendo invadida e ressignificada por europeus e seus descendentes. A política pensada para essa região durante a ditadura militar estava eivada de uma concepção modernizante, que visava colonizar e desenvolver a Amazônia, considerada uma região com grande vazio demográfico e cultural (PORTO-GONÇALVES, 2008) e que, por isso, deveria ser desenvolvida, ou seja, integrada ao desenvolvimento econômico do país.

Estas iniciativas fundamentam-se em um discurso modernizador, estando imbuídas do que Marshall Berman chama de espírito faústico, que inspira a ação grandiosa de confronto com a natureza resistente, entendida como entrave à plena realização humana e objeto de controle e sujeição (SANT'ANA JUNIOR, 2004, p.10).

O projeto de desenvolvimento da Amazônia, então instaurado, criou uma nova configuração política, social e econômica. Tal perspectiva ajudou a gerar uma nova forma de pensar o território por meio da ascensão de novos protagonistas, que passaram a dominar o processo de produção/reprodução do capital. Esse processo incluiu a criação de órgãos administrativos federais para atuarem especificamente na questão do desenvolvimento amazônico, como o Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (Gebam) e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat); incentivos e isenções fiscais com o intuito de favorecer a atuação de empresas nessa região; e, sobretudo, a construção de um ideário desenvolvimentista que construiu tal projeto como necessidade nacional.

Nessa perspectiva, foi sendo implantada uma infraestrutura que possibilitasse a execução de tal projeto: a Transamazônica, permeada pela compreensão de que rodovias desse tipo possibilitavam a exploração comercial de riquezas naturais; a construção de hidrelétricas, tendo em vista que, ao lado da estrada, a energia se configura como fator que impulsiona as demais ações desenvolvimentistas; e, ainda, a regularização pelo Estado da propriedade do solo e subsolo da Amazônia, ou seja, da propriedade da terra e

dos minérios (PORTO-GONÇALVES, 2008), estabelecendo uma regulamentação jurídica que reveste tais práticas de legitimidade. Nesse sentido, instaura-se uma nova forma de organização espacial, que a partir deste momento se dará por meio da estrada e não mais tendo o rio como eixo principal.

O processo de instalação desse modelo de desenvolvimento se deu também pela construção de uma determinada ideia de Amazônia e, conseqüentemente, de uma ideia dos povos que a habitam. O projeto de desenvolvimento pensado para a Amazônia, a partir dos anos 1960, está tanto interligado a projetos mais amplos que têm raízes fora do território nacional, na Europa Ocidental, como a um processo de “colonização interna”, ou seja, “[...] o Brasil não amazônida continua a ter uma visão sobre a região como se ela fosse colônia, cuja importância se deve às riquezas naturais, aos estoques naturais que podem ser explorados” (PORTO-GONÇALVES, 2005 apud MENDONÇA, 2009, p. 278-279).

A Amazônia é representada a partir de um referencial que possui o domínio da tecnologia como definidor do grau de desenvolvimento e que reafirma uma dicotomia bastante disseminada entre modernidade e tradição, oriunda de uma herança iluminista. Além disso, a partir deste momento histórico, o desenvolvimento da Amazônia, como do restante do país, é disseminado como necessidade nacional.

A forma como vêm sendo conduzidos os projetos de desenvolvimento em curso no país tem impulsionado inúmeros conflitos socioambientais e tem colocado na cena do dia inúmeras lutas de comunidades tradicionais e ações de grandes empresas. A implantação desses projetos está embasada em imagens/percepções do outro, discursos de legitimação dessas ações e de um ideal de civilização específico.

Atualmente, projetos iniciados ou idealizados durante o período ditatorial, que não foram consolidados, como o caso da hidrelétrica de Belo Monte, bem como novos projetos, estão sendo implementados país afora (SANT’ANA JUNIOR, 2004). Nos empreendimentos derivados desse processo, observa-se a ação do Estado coadunada com a da propriedade privada.

A legitimação desses projetos está ancorada em discursos que advogam o caráter civilizatório e modernizador dos mesmos, relegando formas distintas de organizações sociais a elementos da natureza a serem dominados. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2008) afirma: “[...] a Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos reais e imaginários”. O ideário que norteia a

implantação desses grandes projetos está eivado de uma concepção bem específica orientada por um padrão: o do centro gerador da modernidade, qual seja, a Europa Ocidental.

Isso posto, o presente artigo visa discutir como a noção de desenvolvimento vem se constituindo historicamente em um mecanismo de dominação e poder para legitimar ações de tomada de territórios. Para tanto, analisa o processo de apropriação da Amazônia a partir da década de 1960 por meio da implementação de grandes obras de desenvolvimento, compreendendo esse processo como uma dominação política que é ao mesmo tempo cultural.

A PANACEIA DO (DES) ENVOLVIMENTO

A gente ficou foi animado, disseram que ia ser vizinho da gente, que essa obra ia construir casa boa pra gente, ia encanar água pra nós, todas essas promessas tiveram (I. A.S, comunidade Demanda).

Expressões dos "ganhos possíveis" são recorrentes nas falas dos moradores da comunidade Demanda, município de Santo Antônio dos Lopes, interior do Maranhão, que desde 2010 convivem com a construção da Termelétrica Parnaíba. De modo mais amplo, no processo de implantação de determinados projetos desenvolvimentistas, percebe-se a utilização de discursos que afirmam o caráter benfeitor do desenvolvimento, como sendo algo que sempre vem para o bem.

Poucas concepções possuem tanta aceitabilidade como a de desenvolvimento. Há mesmo um processo de naturalização no uso dessa categoria. Alcançar o estágio de civilização correspondente torna-se cada vez mais obrigação daqueles que desejam sair do lugar onde estão em busca de um destino inevitável e necessário, mesmo que de fato não saibam o que esse desenvolvimento significa, pois, atualmente “quando a maioria das pessoas utiliza o termo ‘desenvolvimento’ estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar” (ESTEVA, 2000, p. 59).

Assim, para além de analisarmos as consequências do modelo de (des)envolvimento em curso no país é preciso que se discuta a construção da legitimidade desse desenvolvimento, presente até mesmo no imaginário social das comunidades atingidas. Muitas dizem que não são contra o desenvolvimento, mas queriam que seus direitos, sobretudo aos seus territórios, fossem resguardados. Talvez por partilharem do

ideário de que o desenvolvimento “[...] tem o sentido de mudança favorável do inferior para o superior, do pior para o melhor” (ESTEVA, 2000, p.64).

A perspectiva assinalada acima tem raízes no pensamento ocidental, no qual desenvolver significa o estabelecimento da razão e a superação do estado de natureza. De base positivista, esta concepção vê o desenvolvimento como um processo linear a que todas as sociedades terão que necessariamente passar. Sobretudo, a partir do Iluminismo, no que se convencionou chamar de Idade Moderna, construiu-se uma forma de conceber o mundo e a relação homem-natureza: “a influência de Descartes, Galileu, Leibniz e, particularmente de Isaac Newton contribuiu para formar o imaginário iluminista, fundado na ideia de uma *physis* ordenada tal e qual um relógio” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 100). O conhecimento adquiriu um caráter meramente pragmático e a ciência se afirmou frente à religião e à filosofia. Essa mesma ciência começa a operar em torno de três eixos: a oposição homem e natureza; a oposição sujeito e objeto; o paradigma atomístico-individualista (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A modernidade, dessa forma, não diz respeito somente a um período histórico, mas faz referência a um modelo de sociedade com valores e práticas específicas e, mais ainda, diz respeito a “[...] um movimento societário que apesar de sua fluidez e dinamicidade ou por isto mesmo, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo e alterando suas mais variadas dimensões” (SANT’ANA JUNIOR, 2005, p. 23).

No trabalho de consolidação do ideal antropocêntrico foi se consolidando também uma determinada concepção de natureza que cada vez mais representa aquilo que se opõe à cultura. Do bojo desse movimento filosófico e político, erigiu-se uma razão instrumental e pragmática que vem orientando ações e posicionamentos.

O século XIX será o do triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é agora subdividida em física, química, biologia. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia, etc. Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se agora mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 34).

Esse mesmo pensamento criou pares de classificação (moderno/atrasado, cultura/natureza etc.) para pensar as relações sociais. Contudo, há uma positividade em quem classifica, ou seja, a atribuição de atrasado é responsabilidade de quem se considera moderno. Assim, aqueles e aquelas que não se adequam ao padrão branco-

ocidental da modernidade e, por conseguinte, da “civilização” tornam-se potencialmente alvos de um processo benevolente de desenvolvimento.

Sabemos como no imaginário ocidental a cultura é sinônimo de sair do estado de natureza e como os diferentes povos são classificados em mais ou menos desenvolvidos em função de um grau maior ou menor de dominação da natureza. Aqui a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 20).

É justamente nesse contexto histórico e horizonte cultural que surge a ideia de desenvolvimento. Ali, na passagem do século XVIII para o XIX, sobretudo, com as contribuições de Darwin, o desenvolvimento começa a ser pensado para além de um movimento em direção a uma forma apropriada para o ser, numa clara alusão a modificações biológicas, para ser pensado como “[...] um movimento na direção de uma forma sempre mais perfeita daquele mesmo ser” (ESTEVA, 2000, p. 62). Nesse sentido, há uma transferência da metáfora biológica para a esfera social. Essa perspectiva está embebida da compreensão de que há um padrão distante que deve ser alcançado. É preciso pensar, contudo, quem define esse padrão.

Assim, desde os primeiros usos da palavra *desenvolvimento* surgiram inúmeros estudos e políticas relacionados. Em 1800, o autodesenvolvimento tornou-se discussão corrente; entre 1875 e 1900, vários livros traziam como título a ideia de desenvolvimento desde a constituição de Atenas até o desenvolvimento da paternidade e maternidade; já no início do século XX, a noção de desenvolvimento urbano generaliza-se. Criam-se até organismos para cuidarem especificamente da questão do desenvolvimento, como o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), em 1963, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), à guisa de exemplo (ESTEVA, 2000).

Mas talvez nenhuma política, nenhum estudo e nem mesmo nenhum discurso tenha causado uma transformação tão profícua na compreensão do desenvolvimento, bem como sua incorporação pela sociedade em geral como o do Presidente Truman em 20 de janeiro de 1949. No momento em que os Estados Unidos despontavam como uma potência promissora da Segunda Guerra Mundial começa-se a delinear um plano de ações que garantisse sua hegemonia e que tornasse seu “programa ousado e moderno”, bem como seu “progresso industrial disponíveis para o crescimento das áreas subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 60). Porém, o pronunciamento de Truman diz

mais coisas do que se supõe. Está embutida aí a construção de uma identidade, qual seja, a de *subdesenvolvido*.

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de Janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a serem subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é na realidade de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (ESTEVA, 2000, p. 60).

Desde então o desenvolvimento é concebido como caminho para a solução de todos os problemas, uma verdadeira panaceia. Nesse sentido, a “existência” do subdesenvolvimento justifica o desenvolvimento e este vem se convertendo num “[...] poderoso instrumento de transformação e modelagem social” (RADOMSKY, 2013, p. 157).

É interessante pensarmos como o desenvolvimento a partir, sobretudo, do momento assinalado acima, significou cada vez mais o desenvolvimento econômico, ou seja, uma única forma de organização social é alçada à condição de legítima e subjugada todas as outras possibilidades. O problema é que o universal vai ser sempre um particular que se universalizou.

Embora, na Europa, o processo tivesse começado bem antes disso, no decorrer do século XIX, a construção social do desenvolvimento foi associada a um plano político: extrair da sociedade e da cultura uma esfera autônoma, a esfera econômica, e instalá-la como eixo da política e da ética. Essa transformação brutal e violenta, que foi executada primeiramente na Europa, associou-se sempre à dominação colonial no resto do mundo. Economização e colonização eram sinônimos. O que Truman conseguiu fazer foi liberar a esfera econômica das conotações negativas que se haviam acumulado a seu redor por dois séculos, separando desenvolvimento de colonialismo (ESTEVA, 2000, p. 73).

Há ainda um processo de classificação/normatização do outro. A partir dessa perspectiva, povos com seus respectivos saberes e valores passam a ser conceituados de acordo com uma visão exterior a eles, resvalando numa prática iminentemente colonizadora.

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma num passe de mágica habilidades em carências, bens públicos em recursos, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância (ESTEVA, 2000, p. 74).

Com a representação acerca de alguns povos como sendo subdesenvolvidos e com a formulação de que o melhor destino, nesse caso, seria o desenvolvimento, proliferaram discursos, manuais e políticas para uma reconfiguração desse modelo (na melhor das hipóteses), numa explícita compreensão de que o desenvolvimento estava dado. Segundo Radomsky (2013), entre 1960 e meados dos 1970 a produção em ciências sociais sobre o tema foi substancial. É interessante frisar, contudo, que os estudos sobre o desenvolvimento nesse período se limitavam à busca pela potencialização da proposta desenvolvimentista.

Num primeiro momento, as ciências sociais viram-se envolvidas neste manto aurático e de promessa redentora que os programas de desenvolvimento ofereciam. Entre teorias da modernização e, depois, a crítica marxista em diferentes versões, a esperança do desenvolvimento participava das perspectivas analíticas sem grandes problemas (RADOMSKY, 2013, p. 157).

A partir de um determinado momento, com o acirramento das desigualdades sociais e o aprofundamento da pobreza e ainda o temor da destruição ambiental, inúmeros discursos e políticas foram pensados, sobretudo a partir da década de 1980, para tentar sanar os efeitos desse modelo de desenvolvimento que até então havia se demonstrado incompatível com a preservação ambiental. O Brasil, mais especificamente a Amazônia, torna-se um lugar privilegiado para se pensarem tais discursos e transformações.

Na década de 1980, a publicização de inúmeras lutas, como a do seringueiro Chico Mendes, bem como os diversos ataques à natureza, fizeram emergir grupos ambientalistas que propuseram acirrados debates em torno do desenvolvimento até então em voga no país, questionando, sobretudo, os projetos financiados e pensados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Como decorrência desses debates e das lutas dos povos marginalizados nesse processo, os órgãos internacionais suspenderam o financiamento para os grandes projetos de infraestrutura e para madeiras industriais, condicionando o apoio a novos projetos para estudos de avaliação de impactos ambientais (ZHOURI, 2010).

É no âmbito dessas discussões que surge a concepção de *desenvolvimento sustentável*. Essa ideia foi amplamente reconhecida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Nessa conferência, ficou compreendido que “[...] um novo modelo de desenvolvimento deveria ser construído a partir do tripé economia-ecologia-equidade social” (ZHOURI,

2010, p 12). É interessante enfatizar que o desenvolvimento sustentável pensado dentro da perspectiva da Eco 92 difere sobremaneira da compreensão dos povos que à época lutavam pelo respeito aos seus modos de vida, produção e reprodução social e que percebiam o desenvolvimento sustentável como um contraponto ao modelo oficial.

Nesse processo de ressignificação e recomposição da ideologia dominante, economia e ecologia tornaram-se elementos indissociáveis do processo de desenvolvimento, obviamente com a clara submissão da segunda à primeira. E mesmo essa formulação, que aparentemente parece mais salutar, só confirma o que já foi dito anteriormente: o desenvolvimento tornou-se uma verdade inquestionável a que todas as reconfigurações devem se submeter. Assim, os adjetivos que se adicionam ao desenvolvimento só servem para eufemizar sua concepção.

Na construção da legitimidade do desenvolvimento, como já foi mencionado anteriormente, há uma normatização do outro a ser desenvolvido. É recorrente pensarmos esse desenvolvimento como o lado da cultura em oposição à noção de natureza que por sua vez se assemelha ao selvagem e/ ou atrasado. Nessa perspectiva, “[...] a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 20) e os grupos que não dominam esse aparato são normalmente considerados como atrasados, ficando do outro lado da cultura, ou seja, vistos como seres muito próximos à natureza.

Podemos verificar que esses espaços em que vivem grupos com lógicas sociais e culturais diferentes daquela dita moderna, são sempre vistos como lugares com potencial de ocupação, vazios, como se tudo e todos que deixem de contemplar e seguir os estatutos da modernidade [...] passassem ao ‘não ser’, ao ‘não existir’ sócio-culturalmente (MENDONÇA, 2009 p. 280).

É interessante pensarmos que o desenvolvimento se configura bem mais do que como um ideal de sociedade, ele se efetua em práticas cotidianas que têm alterado sobremaneira a lógica societária de muitas comunidades. A instalação de determinados projetos desenvolvimentistas ocorre num campo extremamente conflitivo no qual há dominação, mas também há resistência. O desenvolvimento se instaura não porque é melhor, mas sim num contexto de luta e conflitos mediado por mecanismos de dominação. Não são apenas ideias, mas são cada vez mais ideias-práticas (PORTO GONÇALVES, 2011).

Como práticas que resultam das ideias desenvolvimentistas, podemos citar a existência de inúmeros conflitos socioambientais que se gestam entre grupos sociais distintos e que, por conseguinte, possuem lógicas distintas de apropriação do território.

A extração de riquezas naturais continua convertendo a Amazônia em palco de conflitos e expulsando famílias do campo. Com ligeira redução em relação a 2012 (-11%), os conflitos por terra em 2013 atingiram 35.801 famílias na Amazônia Legal, pressionadas para abandonar suas terras. No Acre e Tocantins, as ocorrências de violência contra a Ocupação e a Posse cresceram. No Acre, o número de famílias envolvidas passou de 3.310 para 5.036 famílias, 53%; no Tocantins de 1.456 para 3.682, 153%. Milhares de famílias engrossaram o número de migrantes, desempregados e sem-terra, jogados às margens das rodovias, algumas sucumbindo ao trabalho escravo, ou obrigadas a desmatar novas florestas, a ingressar nas periferias das cidades e a depender de programas sociais do governo (CPT, 2013, s/n).

Os dados trazidos na citação acima demonstram a realidade de inúmeras comunidades e povos que atualmente têm visto seus territórios sendo incorporados ao projeto de expansão do capital e sendo convertidos em espaço de construção de hidrelétricas, termelétricas, gasodutos, portos, rodovias e congêneres. Como decorrência desse processo, 89% da superfície total das áreas em conflitos do Brasil estão situadas na Amazônia Legal, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

ORDEM E PROGRESSO

O Estado brasileiro, ao financiar e legitimar a execução de projetos desenvolvimentistas país afora, tem “[...] forçado a flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais” (ALMEIDA, 2012, p. 66), gerando inúmeros conflitos. Essa atuação demonstra um Estado cada vez mais coadunado com os interesses da propriedade privada e da elite econômica do país.

O Brasil, como outros países da América Latina, origina-se de um processo de exploração colonial engendrada por países da Europa, tais como Portugal e Espanha. Como decorrência desse processo, configurou-se aqui uma cena política específica. Segundo Hermet (1993), o processo de colonização enfrentado por alguns países da América Latina, dentre eles o Brasil, não construiu aqui um Estado híbrido, em que uma dinâmica externa e outra interna precisam ser constantemente conciliadas, mas ao contrário instalou-se uma “dinâmica órfã”. Para o autor, essa dinâmica órfã se explica pelo fato de aqui “[...] el elemento ameríndio se hace imperceptible, no puede

localizarse o se resucita falsamente en el folklore indigenista creado casi de principio a fin” (HERMET, 1993, p.181).

O êxito da empresa colonialista deu-se em consonância com a subjugação de inúmeros povos e suas respectivas culturas, orientado por uma fé eminentemente moderna: a fé no Progresso. Essa fé no progresso dizia respeito às modificações ideológicas trazidas pela modernidade, que proclamavam a liberdade do ser humano frente às limitações cristãs, bem como, de uma nova forma de se organizar politicamente, qual seja, o Estado-nação. Nesse sentido, o domínio do território se assemelhava cada vez mais ao domínio da população que dele fazia parte.

Nas colônias espanholas, estabelecidas na América Latina no início do século XVI [...] as culturas indígenas foram submergidas e, na época, as novas elites locais adotaram a ideia de progresso sem qualquer sentido de ambivalência moral [...] As próprias palavras que resumiam o ideal de Augusto Comte ‘ordem e progresso’, foram escritas na bandeira do Brasil” (SBERT, 2000, p. 286).

Então nação e progresso são concepções que nascem juntas e que historicamente vêm se justificando. Ambas fazem parte daquelas compreensões que ganharam o estatuto de natural e que nos orientam na construção de nossa visão do mundo, da nossa sociedade e das dos outros. É necessário enfatizar que não se pretende aqui propor uma discussão sobre a gênese do nosso modelo de Estado, mas discutir como determinadas práticas que se direcionam a uma parcela da população ganham contornos de legitimidade por serem executadas por uma “razão de Estado” que, nas palavras de Michel Foucault (2008, p.420), significa “o Estado se governar segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas”.

Os recentes investimentos em políticas de desenvolvimento no país demonstram a opção do Estado brasileiro em preconizar o desenvolvimento econômico em contraposição a outras políticas como a de reforma agrária, por exemplo. Desde 2007, o governo vem trabalhando como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que objetiva acelerar o crescimento econômico do país, do qual decorrem projetos como as hidrelétricas e termelétricas, por exemplo. Nesse sentido “[...] o programa conta com um montante de recursos contabilizados em R\$ 503,9 bilhões – fontes divididas em R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo federal e R\$ 436,1 bilhões provenientes de estatais federais e do setor privado” (PEREIRA, 2010, p. 30).

Ao preconizar investimentos a um determinado setor da sociedade, o Estado financia atividades que estão sob o controle de alguns grupos econômicos no país, como

a mineração e o setor elétrico, por exemplo. Resvalando para “[...] el controle de los procesos de colocación de los recursos” como um mecanismo que permite “[...] mantener de manera selectiva apoyos y redes de clientela” (HERMET, 2000, p. 191), caracterizando-se, assim, como um Estado de caráter neopatrimonial.

Como exemplo dessas relações clientelistas, o Ibase lançou uma pesquisa recente que demonstra a relação entre empresas mineradoras e parlamentares que discutem sobre o tema, trazida pelo Boletim do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (BOLETIM DO COMITÊ, 2014, ano 1). A pesquisa é fruto do trabalho da pesquisadora Clarissa Correia, que traz dados sobre doações para campanhas eleitorais das empresas Vale, Votorantim, AngloGold, Usiminas, Kinross e MMX.

O relator do novo Código da Mineração, Leonardo Quintão (PMDM-MG), pré-candidato ao governo mineiro, recebeu R\$ 70 mil da Usiminas. O deputado federal Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), o segundo em número de emendas apresentadas (24) [...] teve 70% de sua campanha financiada por empresas ligadas ao setor de mineração. Em 2006, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) que indicou o superintendente do DNPM no Mato Grosso do Sul, recebeu R\$ 300 mil da Vale por meio da Urucum Mineração, como financiamento de campanha. Naquele ano um dos que mais tiveram a campanha financiada por empresas ligadas à Vale (Urucum, MBR, Caemi) foi o senador Aécio Neves (PSDB-MG), com R\$ 1, 05 milhão. José Sarney (PMDB-AP), padrinho do ministro Edison Lobão, recebeu R\$ 400 mil. Sua filha Roseana, R\$ 1,3 milhão (BOLETIM DO COMITÊ, 2014, p.8).

Apesar do caráter clientelista que orienta a formulação desses projetos, eles são sempre alçados à condição de necessidade para o desenvolvimento nacional. E muito mais que as ações empreendidas, vale ressaltar a construção da legitimidade dos mesmos pelo discurso oficial, bem como a sua execução mediante expedientes burocráticos.

É bastante recorrente nas falas dos que advogam pela necessidade do desenvolvimento que este se constitui em etapa indispensável para o progresso da nação. Ou seja, a nação é detentora do *status* de um elo que garante a coesão de todos os habitantes de um determinado território e pelo qual todas as lutas e sacrifícios são válidos. A ideia de nação pressupõe a ideia de pertencimento, de configuração de uma identidade nacional que resvala para a discussão do que se convencionou chamar de nacionalismo.

A construção do nacionalismo prevê a homogeneização, a submissão da diversidade a um modelo que se configura como oficial. O nacionalismo pressupõe um Estado que o regulamente com vistas a construí-lo como natural, cada vez mais detentor

de uma “legitimidade emocional profunda” (ANDERSON, 2008). O valor nacional possui ampla legitimidade, resvalando para um sentir que dispensa entendimentos. Nesse sentido, a nação configura-se como uma “comunidade política imaginada”. Ela é imaginada porque dificilmente os membros de um determinado território conhecerão seus companheiros, provavelmente nunca ouvirão falar de nenhum deles (ANDERSON, 2008). E, ainda assim, torna-se causa de uma identidade comum, mesmo que esta se apresente de forma pontual, como em tempos de Copa do Mundo, por exemplo.

A questão que se coloca aqui é que no processo de constituição de uma nação são elencados determinados elementos que se configuram como signos do pertencimento. Ou seja, o nacional não é o universal, ele ganha características que o definem como tal a partir “[...] da função propriamente ideológica do discurso dominante [...] que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural por meio da imposição mascarada [...] de estruturas mentais [...] ajustadas às estruturas sociais” (BOURDIEU, 2000, p. 14).

No que diz respeito à implantação dos grandes projetos, o Estado brasileiro se municia de instrumentos que domina e que voga de reconhecimento para fazer valer seus objetivos. Um exemplo interessante para se pensar essa questão é o que compreende o Programa Terra Legal (Lei n.11.952, de julho de 2009) que regulariza a ocupação de terras da União e que na verdade favorece a privatização de terras públicas, sob o eufemismo de regularização fundiária. De acordo com esta lei, as terras que possuem até 1.500 hectares podem ser repassadas sem processo de licitação para os que detinham a posse antes de dezembro de 2004. A redução das áreas protegidas ou unidades de conservação, de acordo com a Medida Provisória n. 558, de 18 de janeiro de 2012, faz parte da mesma perspectiva, favorecendo a construção de grandes obras de desenvolvimento em detrimento dos direitos de comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2012).

No Brasil o desenvolvimento econômico tornou-se um valor (BECKER, 2011) e nesse sentido o Estado tem se utilizado de redirecionamentos técnico-científicos para legitimar e acelerar as ações desenvolvimentistas. Assim, acaba por exercer uma violência simbólica da qual possui prerrogativa.

Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e mecanismos específicos, quanto na ‘subjetividade’[...] dado que ela é resultado de um processo que a institui, ao mesmo tempo, nas estruturas sociais e nas estruturas mentais adaptadas a estas estruturas, instituição instituída faz com que se esqueça

que resulta de uma longa série de atos de instituição e apresenta-se com toda a aparência de natural (BOURDIEU, 1996, p 98).

Há um processo de ressignificação de determinadas categorias e concepções para que o desenvolvimento seja viabilizado. A forma como o meio ambiente é visto pode ser um bom exemplo para pensar essa questão. Cada vez mais, em função de movimentos de resistência e de grupos de apoio à preservação ambiental, nacionais e internacionais, o Estado brasileiro vem adotando medidas que tecnicamente tornem legítimas determinadas ações no âmbito de seu programa de desenvolvimento, como sistemas regulatórios e institucionais, com destaque para a “[...] introdução de esquemas de avaliação ambiental nas instituições internacionais financeiras com a subsequente criação de instituições ambientais, mecanismos de licenciamento ambiental, reforço da legislação ambiental” (ZHOURI, 2010, p.13), dentre outros.

Infelizmente, as avaliações dos impactos ambientais têm se convertido, em nosso país, numa mera etapa no processo de implantação dos projetos de desenvolvimento, pois de fato não conseguem contribuir na redefinição desse modelo. A implantação dessas grandes obras tem gerado verdadeiros ataques à preservação ambiental e gerado, sobretudo, inúmeros conflitos envolvendo comunidades tradicionais que possuem valores distintos dos da sociedade capitalista, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas etc. Além disso, esses povos com seus respectivos direitos assegurados juridicamente são considerados entraves ao projeto de (des) envolvimento do governo, que vem atualmente financiando a flexibilização dos direitos territoriais desses povos.

Desenvolver tem significado cada vez mais (des) envolver, isto é, quebrar o envolvimento daquelas pessoas que são do lugar, para que incorporem os padrões do progresso e da modernidade, o que implica também tirar desses povos o direito de decidir sobre seus destinos (PORTO GONÇALVES, 2008).

O imperativo do desenvolvimento faz-se sentir especialmente na Amazônia brasileira que, sobretudo, a partir da década de 1960 tem visto seus territórios serem invadidos pelo capital nacional e internacional.

A POLÍTICA ESTATAL DESENVOLVIMENTISTA E OS GRANDES PROJETOS NO PAÍS: A AMAZÔNIA EM FOCO

Segundo Porto-Gonçalves (2005), o território amazônico passou por dois padrões de organização do seu espaço: “o padrão de organização rio–várzea–floresta e o padrão de organização estrada–terra-firme–subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 79). Com vistas à inserção do território amazônico no mercado, diferentes sujeitos se utilizaram de estratégias específicas dentro de contextos históricos determinados para (des) envolver a Amazônia. Seja no período da exploração colonial europeia ou mesmo no contexto da ditadura militar, essa região foi alvo de representações e políticas de sujeitos que se posicionam fora dela, física e simbolicamente. É interessante enfatizar que este processo vem se dando “[...] em profunda articulação com os centros mais dinâmicos de construção do mundo moderno correspondendo a interesses neles gerados, à medida que historicamente alimentou esses centros de matérias-primas necessárias para sua dinamicidade” (SANT’ANA JUNIOR, 2004, p. 2).

O primeiro padrão (rio-várzea-floresta) diz respeito à organização sociopolítica, cultural e econômica em torno dos rios, que nasce no período de colonização europeia e se estende por todo o ciclo de exploração da borracha. O segundo (estrada-terra-firme-subsolo) cuja análise está mais próxima dos objetivos de estudo desse trabalho, se instaura, sobretudo, com a implantação da ditadura militar no país e possui uma configuração bem específica com novos protagonistas e políticas.

Visando ocupar e integrar a Amazônia ao desenvolvimento nacional, o regime militar implementou uma série de medidas como a execução de obras de infraestrutura (estradas e hidrelétricas), a promoção e incentivo de deslocamento de trabalhadores rurais para projetos de colonização e, principalmente a implementação de incentivos fiscais para a instalação de grandes projetos privados voltados para agropecuária, mineração ou atividade madeireira, sendo que grande parte dos mesmos resultou em um processo violento de especulação imobiliária (SANT’ANA JUNIOR, 2004, p. 11).

No período ditatorial percebe-se a construção de uma política diferente para a Amazônia, onde a presença do Estado se dará de forma bem mais incisiva. Delineia-se, nesses anos, uma verdadeira política de intervenção com recursos, programas e instrumentos burocráticos próprios, levando assim para um modelo de desenvolvimento pautado em grandes projetos.

Segundo Porto-Gonçalves (2005), essa política de intervenção operacionalizou-se a partir de dois instrumentos básicos, quais sejam: o estímulo para atrair capital por meio de uma série de incentivos e isenções fiscais e uma ampla campanha para a

colonização da Amazônia, objetivando superar o imenso “vazio demográfico” da região. As ações empreendidas dentro dessas duas frentes estiveram imbuídas de um discurso justificador que trazia no seu bojo a defesa do desenvolvimento para a promoção da soberania nacional.

Uma enorme campanha publicitária, com forte apelo ideológico nacionalista, foi posta em prática procurando atrair migrantes de todo o país. Afinal, os minerais da Amazônia haveriam de pagar a dívida externa ou, como se falava à época, ia resolver a crise do balanço de pagamentos. Pagava-se a dívida externa, faziam-se concessões de pesquisa e lavra para grandes grupos estrangeiros, construiu-se toda uma infra-estrutura necessária a esses fins sob slogans ironicamente nacionalistas, como ‘Integrar para não Entregar’. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 106).

Assim, a associação entre desenvolvimento, soberania e segurança nacional tornou-se chavão nos discursos que advogavam pelo projeto desenvolvimentista da região, o que fundamentava tal associação era “[...] o espírito nacionalista que dispunha de uma forte base nos círculos militares. Na verdade, sua raiz estava na identificação entre expansão capitalista e segurança interna e na correspondente assimilação conceitual entre contestação ao capitalismo e subversão política” (HÉBETTE, 2004 p. 32 apud PEREIRA, 2010, p. 21).

O desenvolvimento da Amazônia, a partir da década de 1960, foi concebido como política de Estado. Nesse sentido, inúmeras ações estratégicas foram delineadas a partir de um efetivo planejamento. A energia e a construção de estradas apresentavam-se como infraestrutura básica para que os objetivos fossem alcançados, para que as iniciativas particulares pudessem se instalar na região.

A estrada significa acessibilidade. Embora esteja aberta a todos, nem todos dispõem das mesmas condições sociais e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade. É que com as estradas a acessibilidade a recursos, como a terra e os minérios, e sua consequente exploração, está sujeita a toda uma regulamentação jurídica para garantir sua propriedade (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 103).

No que diz respeito às iniciativas, a “Operação Amazônia” se caracterizou enquanto primeira ação governamental para a região, criada no governo Castelo Branco com “[...] a intenção de criar instrumentos de política e órgãos executores que armassem o Estado dos elementos para coordenar a ocupação e valorização da área” (CARDOSO; MULLER, 1977, p. 153 apud SANT’ANA JUNIOR, 2004, p. 12), o que possibilitou a criação de agências governamentais incumbidas de pensarem e executarem o projeto de desenvolvimento delineado para a Amazônia: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S.A. (Basa). Para dar conta de questões

específicas daquela região, o governo ditatorial foi construindo um aparato burocrático em consonância com as problemáticas encontradas.

Para solucionar a problemática fundiária na Amazônia, por exemplo, que se caracterizava por uma imprecisão dos limites fundiários e dificultava a ocupação dessas grandes extensões de terra, foram criados o Gebam e o Getat, já mencionados anteriormente. Dentro dessa mesma perspectiva foi criado ainda o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que além de enfrentar a questão da imprecisão fundiária ficou responsável por executar políticas de desenvolvimento. (PORTO-GONÇALVES, 2005; SANT'ANA JUNIOR, 2004).

Nesse cenário, emergiram novos protagonistas que cada vez mais se distanciavam dos personagens representados pelas elites locais. Esses lugares passaram a ser ocupados pelos gestores territoriais civis e militares e pelo grande capital nacional e internacional.

A partir dos investimentos e políticas pensadas para a região nesse período, o cenário amazônico começa a se modificar, orientando a construção de uma urbanização sem cidadania, segundo Porto-Gonçalves (2005). Neste cenário, agências multilaterais como o BID e o Bird tiveram papel proeminente financiando o desenvolvimento e contribuindo para as suas nefastas consequências: “era a partir do aval dessas instituições que bancos privados e grupos empresariais italianos, alemães, norte-americanos e canadenses, entre outros, se sentiram seguros para fazer seus investimentos na Amazônia” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 113).

Dentro do arsenal de projetos pensados e iniciados nesse período, citamos o Projeto Ferro Carajás. O mesmo começa a ser implantado em 1978, cuja execução fica a cargo da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1980, o governo dá prosseguimento à política desenvolvimentista por meio da criação do Programa Grande Carajás (PGC), “[...] concebido para a implementação de um complexo logístico orientado inicialmente para a exportação de 35 milhões de toneladas de minério de ferro da região Carajás” (FIDH, 2011, p. 19).

A criação do PGC era apenas uma consequência do fato de que o governo federal já estava envolvido na implantação de projetos minero-metalúrgicos de ferro e de alumínio na região além de estar implantando a hidrelétrica de Tucuruí e a infra-estrutura de transporte (rodovias, ferrovia, portos). Centralizava, no entanto, todo o poder em Brasília e se superponha às três Superintendências Regionais de Desenvolvimento, SUDAM, SUDENE e SUDECO, todas operando em macro-regiões, respectivamente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste do País. Inicialmente o PGC era voltado quase

exclusivamente para o objetivo definido como prioritário pelo governo: a formação de divisas para o País, através da implantação de grandes projetos de exportação e de infra-estrutura básica, necessária à sua viabilização. Uma de suas funções principais era conceder incentivos fiscais e financeiros, em regime especial, como instrumento básico para induzir investimentos privados nas mais diversas atividades econômicas (GISTELINCK, 1988, p. 60 apud PEREIRA, 2010, p. 23-24).

É interessante enfatizar que os projetos pensados para essa região, como o PGC, estavam embasados numa perspectiva modernizadora, que via a Amazônia como um local de potencialidades, mas pouco desenvolvido. Dessa forma, Sant’Ana Junior (2004) afirma que, diferentemente do que faz pensar muitas imagens construídas para a Amazônia, esta não é o local do pré-moderno, mas no seu processo de constituição/expropriação esteve sempre articulada com os centros mais dinâmicos do mundo moderno, sobretudo pela utilização que estes faziam das matérias-primas retiradas daquela região. Assim, “[...] a Amazônia é, na verdade, um dos muitos lados da modernidade” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade das questões esboçadas aqui, consideramos esse trabalho um esforço inicial de pesquisa. O mesmo faz parte das reflexões que venho desenvolvendo no âmbito do Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em vias de conclusão. Assim as questões aqui discutidas abrem um leque de possibilidades para outros estudos e interpretações.

O caso da apropriação da Amazônia por meio de grandes obras de desenvolvimento e os impactos sobre as comunidades situadas na região representam a atuação do Estado brasileiro, coadunado com detentores de propriedades privadas em desenvolver as forças produtivas desse território. Como tentamos demonstrar aqui, o modelo de desenvolvimento pensando para o país tem raízes no período militar, mas vem se atualizando e não perde força enquanto conceito e modelo de intervenção. Evidenciamos ainda que, apesar desse modelo de desenvolvimento causar impactos socioambientais gigantescos, a sua efetivação se sobrepõe a qualquer efeito nocivo. Nesse sentido, a construção da política ambiental brasileira tem servido para a formulação de medidas paliativas, e o meio ambiente é visto enquanto bem deslocado das práticas e sujeitos sociais.

A percepção do desenvolvimento enquanto um conjunto de práticas, programas, discursos e representações nos leva à reflexão sobre a construção da legitimidade em função da oficialidade da qual decorre o projeto desenvolvimentista no país. Desta forma, num contexto em que as formas de apropriação do território de muitas comunidades são vistas pelos promotores do desenvolvimento como entraves e que direitos duramente conquistados estão sendo flexibilizados, amplia-se a exigência de estudos que evidenciem a disparidade entre os discursos e documentos oficiais e as vivências das comunidades tradicionais nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, pp. 63-71, Salvador, jan./abr. 2012. ISSN 0103-4979.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BADIE, B. HERMET, G. Las dinámicas huérfanas. In: _____. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 180-212.

BECKER, Berta K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2013**. Relatório Anual. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013>. Acesso em 10/08/2017.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime E. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MENDONÇA, Bartolomeu. Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e progresso na Amazônia Legal Brasileira. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009, pp. 277-300.

PEREIRA, Paula Marize Nogueira. **Projetos de desenvolvimento e conflitos**

socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica. Monografia do Curso de Serviço Social. São Luís: UFMA, 2010.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A invenção das novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas In: Santos, Milton. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2011.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Pós-desenvolvimento, indicadores e culturas de auditoria: reflexões críticas sobre governança e desenvolvimento. **Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 42, n. 2, pp. 155-163, mai. /ago. 2013. ISSN 2177-6229.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Amazônia e Modernidade: leitura da invasão, ocupação e incorporação da Amazônia no mundo moderno. **Muiraquitã: revista de letras e humanidades**. Rio Branco: UFAC/Departamento de Letras, 2004. Ano 1, nº 1. pp. 11-28. ISSN 1807-1856.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, v.1, pp. 11-33.